

Direito Digital

Aula sobre o Marco Civil da Internet, neutralidade da rede, privacidade e liberdade de expressão.

MW by Marcos Wachowicz



Acesso à Internet no Brasil

1 Acesso domiciliar

Em 2014, 54,4% da população brasileira acima de 9 anos tinha acesso à Internet em casa.

2 Acesso móvel

77,9% dos brasileiros acima de 9 anos acessaram a Internet por smartphone em 2014.

3 Acesso em 2024

86% do total da população brasileira tem acesso diário



Marco Civil da Internet

1

2014

Publicação da Lei N° 12.965/14, regulando o uso da Internet no Brasil.

2

Princípios

Estabelece garantias, direitos e deveres para usuários da rede.

3

Neutralidade

Implementa o princípio da "neutralidade da rede" no Brasil.

Legitimidade do Processo

1

2009-2011

Elaboração colaborativa entre Governo e Sociedade Civil através de plataforma online.

2

2011-2014

Processo legislativo ordinário com debates parlamentares.

3

Aprovação

Aprovado pela Câmara dos Deputados em março e pelo Senado em abril de 2014.

Consulta Pública e Elaboração Colaborativa

Contribuições

Mais de 1057 contribuições recebidas durante a consulta pública.

Benefícios

Base jurídica sólida, políticas públicas eficazes, novos processos legislativos colaborativos.

Resultados

Maior transparência, representatividade e celeridade nos processos legislativos.

Princípios Legais do Uso da Internet

Liberdade de Expressão

Garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento.

Privacidade

Proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários.

Neutralidade

Preservação e garantia da neutralidade de rede.

Responsabilidade

Responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades.

Neutralidade da Rede



Isonomia

Tratamento isonômico de pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem ou destino.



Proteção

Vedação de bloqueio, monitoramento, filtragem ou análise do conteúdo dos pacotes de dados.



Regulamentação

Discriminação ou degradação do tráfego regulamentada por decreto presidencial.

Privacidade e Liberdade de Expressão

Proteção

Garantia do direito à privacidade e liberdade de expressão nas comunicações

Nulidade

Cláusulas contratuais que violem esses direitos são nulas de pleno direito

Foro

Contratos de adesão devem oferecer foro brasileiro para solução de controvérsias





Lei do Marco Civil da Internet no Brasil

A Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Esta legislação fundamental visa regular o ambiente digital, protegendo os direitos dos usuários e estabelecendo diretrizes para a atuação do poder público. A lei abrange temas cruciais como neutralidade da rede, privacidade, liberdade de expressão e responsabilidade dos provedores de internet.

MW by Marcos Wachowicz

Disposições Preliminares

1

Fundamentos

A lei estabelece como fundamentos o respeito à liberdade de expressão, o reconhecimento da escala mundial da rede, os direitos humanos e o exercício da cidadania em meios digitais.

2

Princípios

Entre os princípios estão a garantia da liberdade de expressão, proteção da privacidade, neutralidade da rede e preservação da natureza participativa da internet.

3

Objetivos

A lei visa promover o direito de acesso à internet, o acesso à informação e a inovação, além de fomentar a ampla difusão de novas tecnologias.





Definições Técnicas

1 Internet

Definida como o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

2 Terminal

Refere-se a qualquer dispositivo que se conecte à internet, incluindo computadores e dispositivos móveis.

3 Endereço IP

Código atribuído a um terminal de uma rede para permitir sua identificação, definido segundo parâmetros internacionais.



Direitos e Garantias dos Usuários

Privacidade

Inviolabilidade da intimidade e da vida privada, com proteção e indenização por danos decorrentes de violação.

Sigilo

Inviolabilidade e sigilo do fluxo de comunicações pela internet e das comunicações privadas armazenadas.

Qualidade

Manutenção da qualidade contratada da conexão à internet.

Informação

Direito a informações claras sobre coleta, uso e tratamento de dados pessoais.

Neutralidade de Rede

Princípio Fundamental

O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento deve tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

Exceções

A discriminação ou degradação do tráfego só é permitida em casos de requisitos técnicos indispensáveis e priorização de serviços de emergência.

Transparência

Os provedores devem agir com proporcionalidade, transparência e isonomia, informando previamente os usuários sobre práticas de gerenciamento de tráfego.

Proteção aos Registros e Dados Pessoais

1

Guarda de Registros

Os provedores devem manter os registros de conexão sob sigilo, em ambiente controlado e seguro, pelo prazo de 1 ano.

2

Acesso aos Dados

A disponibilização dos registros só pode ocorrer mediante ordem judicial, respeitando a privacidade dos usuários.

3

Dados Cadastrais

Autoridades administrativas podem ter acesso a dados cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço, na forma da lei.





Aplicação da Lei em Território Nacional

Abrangência

A lei se aplica a qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, dados pessoais ou comunicações por provedores de conexão e de aplicações de internet, desde que ocorra em território nacional.

Empresas Estrangeiras

Aplica-se mesmo a atividades realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior, desde que ofereça serviço ao público brasileiro ou tenha estabelecimento no Brasil.

Verificação

Os provedores devem prestar informações que permitam verificar o cumprimento da legislação brasileira referente à proteção de dados.



Sanções por Infrações

1

Advertência

Primeira medida, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.

2

Multa

Até 10% do faturamento do grupo econômico no Brasil no último exercício.

3

Suspensão

Suspensão temporária das atividades que envolvam os atos previstos na lei.

4

Proibição

Proibição de exercício das atividades que envolvam os atos previstos na lei.

Guarda de Registros de Conexão

1 Responsabilidade

O administrador de sistema autônomo deve manter os registros de conexão sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 ano.

2 Não Transferência

A responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não pode ser transferida a terceiros.

3 Extensão do Prazo

Autoridades podem requerer cautelarmente a guarda por prazo superior, com prazo de 60 dias para ingressar com pedido judicial.



Guarda de Registros de Acesso a Aplicações



1

Provedores de Conexão

É vedado aos provedores de conexão guardar os registros de acesso a aplicações de internet.

2

Provedores de Aplicações

Provedores de aplicações constituídos como pessoa jurídica devem manter os registros de acesso por 6 meses.

3

Ordem Judicial

Pode obrigar a guarda de registros por provedores não sujeitos normalmente a essa obrigação, por tempo determinado.

Responsabilidade por Danos de Terceiros

Provedores de Conexão

Não são responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

Provedores de Aplicações

Só podem ser responsabilizados se, após ordem judicial específica, não tomarem providências para tornar indisponível o conteúdo infringente.

Exceções

Casos de violação de intimidade, como divulgação não autorizada de material íntimo, têm tratamento diferenciado.

Requisição Judicial de Registros

Propósito

Formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal.

Requisitos

Fundados indícios de ilícito, justificativa da utilidade dos registros e período referente.

Sigilo

O juiz deve garantir o sigilo das informações e preservar a intimidade do usuário.

Segredo de Justiça

Pode ser determinado, inclusive quanto aos pedidos de guarda de registro.



Atuação do Poder Público

1

Governança Multiparticipativa

Estabelecimento de mecanismos de governança transparente e democrática.

2

Interoperabilidade

Promoção da interoperabilidade entre sistemas e terminais diversos.

3

Tecnologias Abertas

Adoção preferencial de tecnologias, padrões e formatos abertos e livres.

4

Capacitação

Desenvolvimento de ações e programas de capacitação para uso da internet.



Aplicações de Internet do Poder Público

1 Compatibilidade

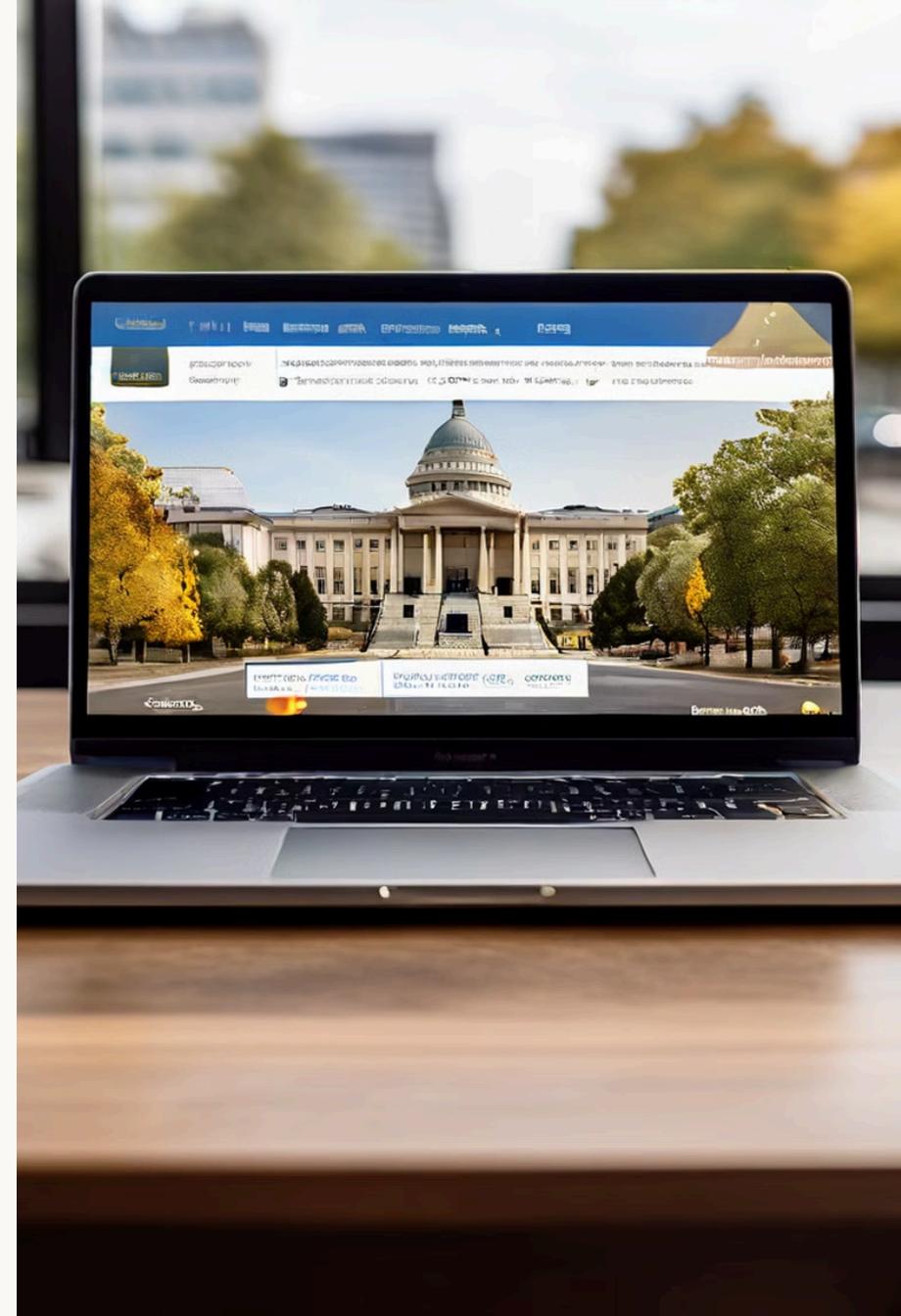
Buscar compatibilidade dos serviços de governo eletrônico com diversos terminais, sistemas operacionais e aplicativos.

2 Acessibilidade

Garantir acessibilidade a todos os interessados, independentemente de suas capacidades físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais ou mentais.

3 Facilidade de Uso

Priorizar a facilidade de uso dos serviços de governo eletrônico e fortalecer a participação social nas políticas públicas.



Educação Digital

Dever Constitucional

O Estado deve incluir a capacitação para o uso seguro, consciente e responsável da internet em todos os níveis de ensino.

Integração

A educação digital deve ser integrada a outras práticas educacionais.

Objetivos

Visa promover o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico.

Fomento à Cultura Digital

Inclusão Digital

Promover a inclusão digital em todas as camadas da sociedade.

Redução de Desigualdades

Buscar reduzir as desigualdades no acesso às tecnologias da informação e comunicação entre as diferentes regiões do país.

Conteúdo Nacional

Fomentar a produção e circulação de conteúdo nacional na internet.

Estudos e Metas

O Estado deve formular estudos e fixar metas para o desenvolvimento da internet no Brasil.





Controle Parental

1

Livre Escolha

O usuário tem a opção de livre escolha na utilização de programa de computador para controle parental.

2

Respeito aos Princípios

O controle parental deve respeitar os princípios da Lei do Marco Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3

Educação e Informação

O poder público, em conjunto com provedores e sociedade civil, deve promover educação sobre o uso de programas de controle parental.



Defesa de Interesses e Direitos

1 Exercício em Juízo

A defesa dos interesses e direitos estabelecidos na Lei pode ser exercida em juízo, individual ou coletivamente.

2 Forma da Lei

A defesa deve ser realizada na forma da lei, respeitando os procedimentos legais estabelecidos.

3 Abrangência

Inclui todos os direitos e garantias previstos na Lei do Marco Civil da Internet.

Disposições Transitórias

Direitos Autorais

Até a entrada em vigor de lei específica, a responsabilidade por infrações a direitos de autor continuará sendo disciplinada pela legislação autoral vigente.

Prazo de Vigência

A Lei do Marco Civil da Internet entrou em vigor após decorridos 60 dias de sua publicação oficial.

Adaptação

Período para que os provedores e usuários se adaptem às novas regras estabelecidas pela lei.



Impacto na Legislação Existente

Complementação

O Marco Civil complementa legislações existentes, como o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor.

Especificidade

Traz regulamentações específicas para o ambiente digital, preenchendo lacunas legais.

Harmonização

Busca harmonizar as normas do ambiente digital com os princípios constitucionais e direitos fundamentais.



Proteção da Liberdade de Expressão

1 **Garantia Fundamental**
A lei reafirma a liberdade de expressão como um princípio fundamental do uso da internet no Brasil.

2 **Limitação da Responsabilidade**
Provedores de aplicações só podem ser responsabilizados por conteúdo de terceiros após ordem judicial específica.

3 **Equilíbrio**
Busca equilibrar a liberdade de expressão com outros direitos, como privacidade e proteção contra difamação.

Proteção da Privacidade Online

Inviolabilidade

Garante a inviolabilidade da intimidade e da vida privada dos usuários da internet.

Sigilo de Comunicações

Assegura o sigilo do fluxo de comunicações pela internet e das comunicações privadas armazenadas.

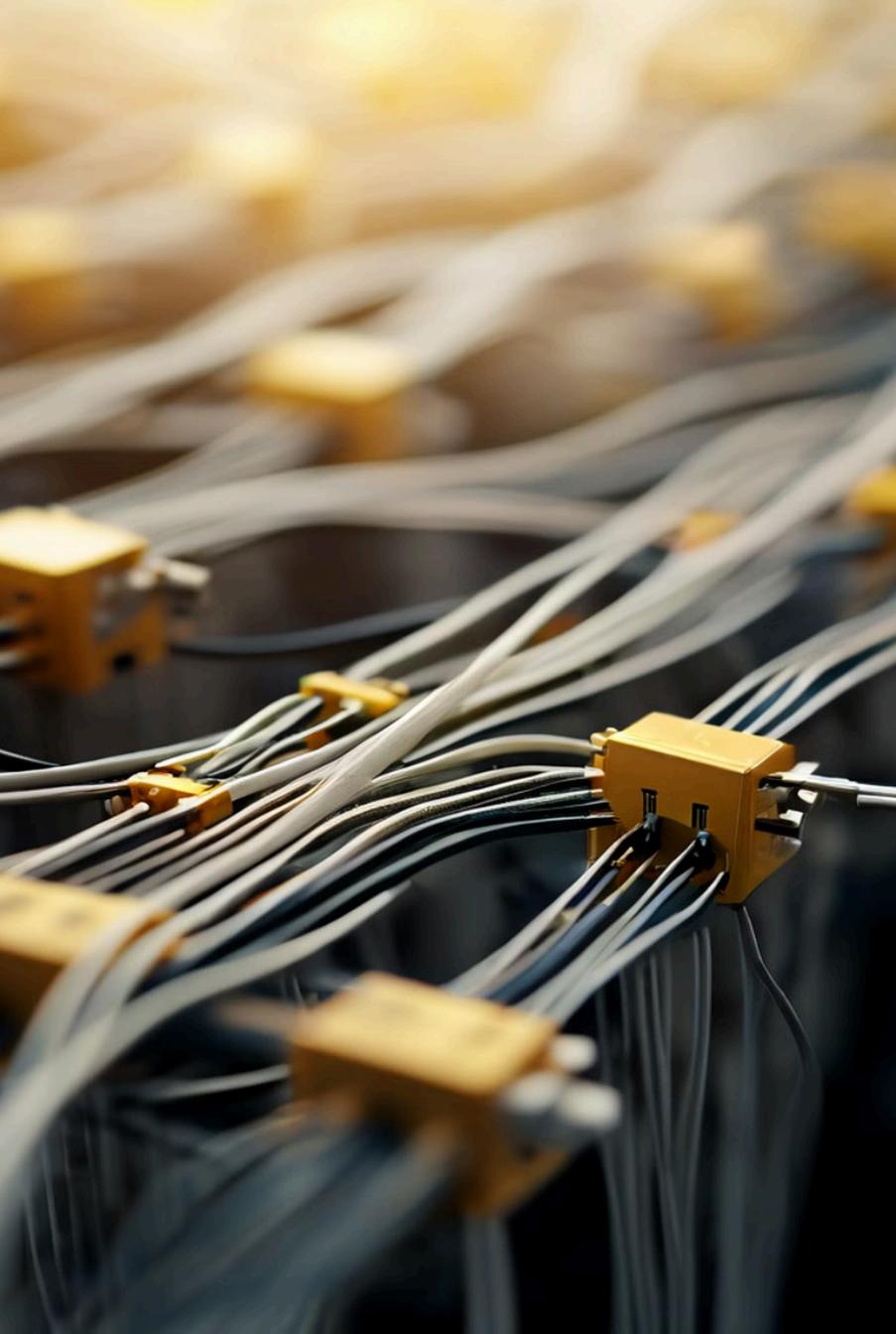
Consentimento

Exige consentimento expresso para coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais.

Exclusão de Dados

Garante o direito à exclusão definitiva dos dados pessoais fornecidos a aplicações de internet.





Neutralidade da Rede

1

Princípio Fundamental

Estabelece a neutralidade da rede como princípio essencial para o uso da internet no Brasil.

2

Tratamento Isonômico

Exige que provedores tratem de forma igual todos os pacotes de dados, sem discriminação por conteúdo, origem, destino ou serviço.

3

Exceções Limitadas

Permite exceções apenas em casos de requisitos técnicos indispensáveis e priorização de serviços de emergência.

Responsabilidade dos Provedores

Provedores de Conexão

Não são responsabilizados por conteúdo gerado por terceiros, mas devem manter registros de conexão.

Provedores de Aplicações

Responsabilidade limitada, condicionada à não remoção de conteúdo após ordem judicial específica.

Exceções

Responsabilidade diferenciada em casos de violação da intimidade, como divulgação não autorizada de material íntimo.

Guarda de Registros

1

Provedores de Conexão

Devem manter registros de conexão por 1 ano.

2

Provedores de Aplicações

Obrigados a manter registros de acesso por 6 meses, se constituídos como pessoa jurídica.

3

Sigilo

Registros devem ser mantidos sob sigilo em ambiente controlado e seguro.

4

Acesso

Disponibilização apenas mediante ordem judicial.





Atuação do Estado na Internet

1

Desenvolvimento

O Estado deve promover o desenvolvimento da internet como ferramenta social.

2

Inclusão Digital

Fomentar iniciativas de inclusão digital e redução de desigualdades no acesso à tecnologia.

3

Governança Multiparticipativa

Estabelecer mecanismos de governança transparentes e colaborativos, envolvendo diversos setores da sociedade.

Educação Digital e Capacitação

Inclusão Curricular

Integração da educação digital em todos os níveis de ensino.

Uso Seguro

Foco no uso seguro, consciente e responsável da internet.

Cidadania Digital

Promoção da internet como ferramenta para exercício da cidadania.

Desenvolvimento Tecnológico

Estímulo ao desenvolvimento tecnológico através da educação.





Proteção de Crianças e Adolescentes

1

Controle Parental

Garantia da opção de uso de programas de controle parental.

2

Educação

Promoção de educação sobre uso seguro da internet para crianças e adolescentes.

3

Colaboração

Envolvimento de poder público, provedores e sociedade civil na proteção de menores online.

Aplicação e Cumprimento da Lei

Sanções

Estabelecimento de sanções para o descumprimento da lei, incluindo advertências, multas e suspensão de atividades.

Fiscalização

Atribuição de responsabilidades de fiscalização a órgãos competentes.

Defesa de Direitos

Possibilidade de defesa de direitos em juízo, individual ou coletivamente.



Impacto e Perspectivas Futuras

1

Evolução Tecnológica

A lei deve se adaptar às constantes evoluções tecnológicas e novos desafios do ambiente digital.

2

Regulamentações Complementares

Necessidade de regulamentações específicas para detalhar aspectos da lei.

3

Harmonização Internacional

Busca por harmonização com legislações internacionais sobre internet e proteção de dados.

4

Revisão Contínua

Importância da revisão periódica da lei para mantê-la atualizada e eficaz.